

A ascensão da extrema-direita pós-mobilizações de 2013 no Brasil: uma análise da cultura política dos jovens em Porto Alegre (RS)

The Rise of the Far-right after the 2013 Mobilizations in Brazil: An Analysis of the Political Culture of Youth in Porto Alegre (RS)

Jennifer Azambuja de Moraes^a, Patrícia Figueiredo da Rocha^b,
Isabella Rocha Zanin^c

Resumo O fortalecimento de líderes e discursos de extrema-direita no Brasil, que visualizaram a oportunidade de ganhar espaço e apoio da população a partir das manifestações de 2013, vem reconfigurando as forças políticas no país. Diante desse cenário, destacam-se os jovens, que já experimentam o sentimento de insegurança em relação ao futuro, em processo de socialização política e constituição de uma cultura política. Com isso, questiona-se: quais os efeitos da ascensão da extrema-direita, no período pós-mobilizações de 2013 no Brasil, na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS)? Para além do fato de os jovens constituírem um público pouco estudado na Ciência Política, a escolha pela cidade se justifica por ela ter sido palco das primeiras manifestações em 2013, realizadas antes de junho, como ocorreu no restante do país, devido ao aumento no valor da passagem de ônibus. Para analisar a constituição da cultura política dos jovens, a partir de uma metodologia quantitativa, serão examinados dados provenientes de pesquisas realizadas com estudantes do ensino médio de Porto Alegre, de escolas públicas e privadas, com idades entre 13 e 24 anos. Inicialmente, serão feitas análises longitudinais para descrever os valores políticos dos jovens a partir das ondas de pesquisa aplicadas em 2015, 2019 e 2023. Em seguida, serão conduzidas análises inferenciais para verificar a relação entre o posicionamento ideológico e os valores políticos dos jovens, com base nos dados coletados na onda de 2023.

Palavras-chave Jovens. Cultura Política. Extrema-direita. Mobilizações políticas.

a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jennifer.amorais@gmail.com

b Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: patriciarocha.rs@hotmail.com

c Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: bellazanin@hotmail.com

Abstract *The strengthening of far-right leaders and discourses in Brazil, who saw the opportunity to gain space and popular support following the 2013 protests, has been reshaping the political forces in the country. In this scenario, young people stand out, as they are already experiencing a sense of insecurity regarding the future, while undergoing a process of political socialization and the formation of a political culture. This raises the question: what are the effects of the rise of the far-right, in the post-2013 mobilizations in Brazil, on the formation of the political culture of young people in Porto Alegre (RS)? Beyond the fact that young people represent an understudied group in Political Science, the choice of this city is justified by it being the stage for the first protests in 2013, held earlier than June, as in the rest of the country, in response to the increase in bus fare prices. To analyze the formation of political culture among young people, a quantitative methodology will be used to examine data from surveys conducted with high school students in Porto Alegre, from both public and private schools, aged between 13 and 24. Initially, longitudinal analyses will describe the political values of the youth based on survey waves conducted in 2015, 2019, and 2023, followed by inferential analyses between the ideological positioning and political values of the youth using data from the 2023 wave.*

Keywords *Youth. Political Culture. Far-right. Political Mobilizations.*

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 no Brasil marcaram um ponto de inflexão no cenário político nacional, abrindo caminho para o fortalecimento de líderes e discursos de extrema-direita, que vislumbraram nessas mobilizações de rua uma oportunidade de conquistar apoio popular. O movimento, que inicialmente se organizou em torno de reivindicações sociais, como a redução das tarifas de transporte público, rapidamente evoluiu para protestos contra a corrupção e a ineficácia política, gerando um ambiente de insatisfação generalizada. À medida que o movimento crescia, os jovens, que já enfrentavam insegurança em relação ao futuro, começaram a se socializar politicamente em meio a esse cenário polarizado. A questão central que emerge é: quais são os efeitos da ascensão da extrema-direita, após as mobilizações de 2013, na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS)?

A juventude, pouco explorada na Ciência Política, é um grupo relevante para estudo, pois se encontra em um momento de formação de sua cultura política no contexto pós-2013. Além disso, o estudo em Porto Alegre se justifica por ser o palco das primeiras manifestações de rua, realizadas em abril de 2013. Esta pesquisa busca analisar a relação entre a ascensão da extrema-direita, no período

pós-mobilizações de 2013 na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre. Também se propõe a verificar a relação entre o posicionamento ideológico e os valores democráticos. Partimos da hipótese de que a cultura política desses jovens tem se mantido apática, com baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança institucional, especialmente entre aqueles que se autoposicionam como de extrema-direita.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho utiliza uma metodologia quantitativa, baseada na análise de dados coletados por meio de surveys aplicados pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL-UFRGS). Os dados foram obtidos junto a jovens de 13 a 24 anos, estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre. As bases de dados utilizadas correspondem às ondas de 2015, com uma amostra de 690 jovens; de 2019, com 865 jovens; e de 2023, com 602 jovens.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta um debate sobre a extrema-direita e o caso brasileiro. Em seguida, uma seção que contextualiza a cultura política e o cenário no país, com ênfase na região Sul, durante o período das mobilizações de rua. Por fim, o artigo se encerra com a análise de dados longitudinais, coletados entre 2015 e 2023, sobre variáveis de cultura política, além de inferências acerca da relação entre o posicionamento ideológico e as variáveis de cultura política.

UM DEBATE SOBRE EXTREMA-DIREITA E O CASO BRASILEIRO

A ascensão da extrema-direita no Brasil, materializada pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018, inseriu o país em um contexto de erosão dos princípios democráticos e desgaste das instituições políticas. O enfraquecimento dessas instituições, agravado pelos discursos de Bolsonaro, abriu espaço para uma situação de desordem caracterizada pela desconfiança e pelo conflito em relação à política tradicional.

No cenário eleitoral de 2018, a reintrodução do debate ideológico foi um fator determinante, tornando-se o eixo central para mobilizar ressentimentos sociais. Bolsonaro utilizou habilmente a polarização ideológica como um dispositivo para construir uma forte identidade com seus apoiadores (Singer, 2021; Fuks; Marques, 2020), aprofundando as divisões internas do país. O resultado foi uma intensificação da polarização política, que acentuou as divisões sociais e evocou uma dualidade ideológica semelhante à vivida durante a Guerra Fria.

Esse processo, no entanto, não pode ser compreendido de forma isolada. O ano de 2023 trouxe à memória a passagem de uma década desde o início das ondas de

manifestações que “esquentaram” o Brasil em pleno inverno de 2013. As mobilizações populares, que se intensificaram a partir de junho daquele ano, trouxeram à tona insatisfações latentes. Naquele momento, multidões — majoritariamente compostas por jovens — tomaram as ruas em protesto contra a má qualidade dos serviços públicos, a corrupção desenfreada e o descontentamento com a classe política. O que começou como uma agenda difusa logo se transformou em um profundo questionamento das instituições. Nesse cenário de efervescência política, a juventude emergiu como protagonista, explorando novas formas de engajamento político por meio das redes sociais.

Embora essas manifestações sejam denominadas “Jornadas de Junho”, elas tiveram antecedentes bastante relevantes que, frequentemente, são desconsiderados pelo consenso acadêmico e midiático hegemônico, em detrimento dos acontecimentos ocorridos no centro do país.

Em Porto Alegre, uma luta que vinha desde janeiro conquistou em abril a revogação do aumento da tarifa - primeiro veio uma decisão judicial liminar e, com a continuidade da mobilização, a prefeitura decidiu não recorrer. Em maio, manifestações pela mesma causa ocorreram nas cidades de Natal e Goiânia. Tais lutas serviram de exemplo para os milhares de jovens que começaram a sair às ruas no início do mês de junho, especialmente em São Paulo, onde em 6 de junho foi levantado o cartaz “repetiremos Porto Alegre” (Giraldes, 2024).

Ao olharmos para os eventos de 2013, percebemos um marco fundamental na política brasileira contemporânea. Embora não diretamente relacionados ao crescimento da extrema-direita, aqueles protestos revelaram o descontentamento com os modos tradicionais de mediação política, como por exemplo, os partidos políticos, há muito vulnerabilizados (Baquero, 2000). Esse cenário de crise representativa abriu espaço para o fortalecimento de figuras políticas que se apresentavam como outsiders, capazes de romper com o sistema. Jair Bolsonaro foi, nesse sentido, o principal expoente dessa nova dinâmica, captando e instrumentalizando as frustrações e revoltas da sociedade.

Um aspecto relevante nesse contexto é a refutação da tese defendida por Daniel Bell (1980), que previu o “fim das ideologias”. O Brasil pós-2013 provou o contrário. As ideologias, longe de se tornarem obsoletas, ressurgiram com força. A campanha de Bolsonaro em 2018 não apenas evocou a retórica conservadora, mas também reacendeu os debates sobre moralidade, família e identidade nacional, polarizando a sociedade entre visões antagônicas. A ideologia, portanto, continua

a ser um elemento vital na formação das subjetividades políticas, especialmente entre os jovens, cujas experiências pós-2013 mostram um profundo impacto na maneira como se envolvem politicamente.

A noção de ideologia tem sido objeto de debate acadêmico há séculos. Autores como Konder (2002) e Eagleton (1997) defendem que a ideologia é um “tecido” composto por várias camadas de significados e interpretações. Diferentes correntes ideológicas oferecem lentes distintas para analisar a realidade, variando desde crenças políticas que orientam comportamentos coletivos até análises mais profundas sobre como o poder molda as ideias. Com isso, ao pensar em ideologias, não devemos nos limitar às noções simplistas de direita e esquerda, mas entender essas correntes como categorias dinâmicas que respondem a contextos históricos e sociais específicos.

No entanto, é difícil escapar da clássica dicotomia direita-esquerda, uma vez que ela se consolidou como uma forma clara de organização das identidades políticas, como argumenta Bobbio (2011). A direita, tradicionalmente associada à manutenção do status quo, e a esquerda, defensora de mudanças estruturais, permanecem categorias úteis para se compreender o espectro político, ainda que estas definições tenham evoluído com o tempo. No Brasil, o ressurgimento da extrema-direita mostra como essas categorias podem ser adaptadas às demandas contemporâneas, especialmente à luz de questões como neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo.

No século XIX, os conceitos de conservadorismo e liberalismo foram incorporados à dicotomia esquerda-direita, com o liberalismo sendo inicialmente associado à esquerda. No Brasil contemporâneo, a extrema-direita se caracteriza pela combinação de neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo. Essa combinação de ideologias é exemplificada pela defesa do mercado livre, das tradições morais e de soluções autoritárias para questões políticas e sociais.

No Brasil atual, a extrema-direita se define pela combinação entre o neoliberalismo econômico e o conservadorismo moral, muitas vezes reforçado por uma retórica autoritária. O neoliberalismo, como aponta Perry Anderson (1995), ganha espaço ao propor uma redução do papel do Estado e uma maior liberdade para o mercado, enquanto autores como Lynne Phillips (1998) associam essas ideias à perpetuação de hierarquias sociais. Nessa perspectiva, Phillips sugere que o neoliberalismo, como um projeto político de elites transnacionais, é sustentado por valores neoconservadores (apud Castro, 2014). O neoliberalismo brasileiro, portanto, está associado à defesa de um mercado livre e à minimização do papel

do Estado, em consonância com o pensamento global que emergiu nas décadas de 1980 e 1990.

Na política brasileira, isso se traduz no mantra “liberal na economia, conservador nos costumes”, que tem sido a bandeira de diversos políticos brasileiros da nova direita. Tal retórica reflete essa fusão ideológica, promovendo a preservação de valores tradicionais e a resistência a agendas progressistas.

O conservadorismo, por sua vez, defende valores tradicionais como a ordem, a religião e a família. Autores como Roger Scruton e Samuel Huntington destacam o papel da tradição na formação de uma sociedade estável, enquanto o conservadorismo brasileiro frequentemente se manifesta em oposição às pautas progressistas. Essa aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo deu à extrema-direita brasileira uma força considerável, reforçada por uma visão de mundo autoritária, caracterizada pela desconfiança nas instituições democráticas e pela exaltação de soluções de força (apud González; Baquero; Grohmann, 2020). No Brasil, essas ideias se manifestam no discurso da extrema-direita, que se opõe às agendas progressistas e defende a família e a moralidade tradicional. Essa retórica, muitas vezes justificada como liberdade de expressão, encontrou terreno fértil entre setores da população que se sentiram ameaçados pelas mudanças sociais dos últimos anos, consolidando o conservadorismo como uma força central na política brasileira contemporânea.

O autoritarismo, embora muitas vezes associado ao conservadorismo, possui características próprias. Estudiosos como Adorno et al. (1950) e Altemeyer (1981) apontam que o autoritarismo se caracteriza pela submissão à autoridade, pela agressividade em defesa dessa autoridade e pelo convencionalismo (apud González; Baquero; Grohmann, 2020). Na política brasileira, o autoritarismo da extrema-direita se expressa pela desconfiança nas instituições democráticas e pela defesa de soluções políticas que privilegiam a ordem e a segurança em detrimento das liberdades civis.

A ascensão da extrema-direita não é um fenômeno restrito ao Brasil. No cenário internacional, movimentos similares emergiram em diversas partes do mundo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, impulsionados por questões como o nacionalismo, o populismo e o autoritarismo. O Brexit e a eleição de Trump são exemplos de como a desilusão com as instituições democráticas e a insegurança existencial têm levado ao fortalecimento de partidos de extrema-direita em contextos variados. Norris e Inglehart (2019) sugerem que o aumento do apoio a partidos radicais se deve a uma reação cultural contra as rápidas mudanças sociais, como os avanços nos direitos LGBTQIA+ e a maior inclusão de

minorias. Essa resposta, muitas vezes carregada de um sentimento de nostalgia por um passado idealizado, reflete uma insegurança existencial que ultrapassa a mera economia, alcançando o campo da identidade. Autores como Mudde (2007) e Levitsky e Ziblatt (2018) apontam que a ascensão da extrema-direita também pode ser vista como uma reação às mudanças culturais aceleradas das últimas décadas. A defesa dos valores tradicionais e o nacionalismo são centrais nesse backlash cultural (Norris; Inglehart; 2019), uma resposta conservadora às demandas por direitos, igualdade racial e outras questões pós-materialistas. Nesse contexto, a extrema-direita capitaliza sobre a sensação de perda de identidade e de segurança social, prometendo restaurar uma ordem percebida como ameaçada.

No caso brasileiro, a definição da extrema-direita permanece incerta entre os estudiosos. Há debates sobre se o fenômeno atual reflete uma reorganização de movimentos como a Ação Integralista Brasileira (1932), uma nova extrema-direita ou a radicalização das direitas pré-existentes (Lowy, 2015; Cesarino, 2019; Lacerda, 2019; Nicolau, 2020; Singer, 2021). Um ponto central nesse contexto é a institucionalização do pensamento de direita, que se manifesta tanto no aumento de representantes conservadores no Congresso quanto nas ruas e nas redes sociais, frequentemente incentivado por setores religiosos, especialmente a bancada neopentecostal. Esse cenário sugere um avanço de valores conservadores e hostis à democracia, com discursos que favorecem a manutenção de tradições e a intolerância às minorias.

As manifestações de 2013 representaram um marco de insatisfação popular com as instituições políticas, criando um terreno fértil para a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita. Iniciados por pautas relacionadas ao transporte público, os protestos evoluíram para uma crítica mais ampla às estruturas políticas, abrindo espaço para grupos de interesse como o Instituto Liberal, o Instituto Milenium e o Movimento Brasil Livre (Singer, 2013). Essa reorganização se intensificou em 2015, com maior engajamento da direita, culminando na campanha eleitoral de 2018, que polarizou o cenário político brasileiro (Cesarino, 2019). O fortalecimento da ideologia conservadora e a sua crescente influência na sociedade brasileira marcam uma guinada à direita, com cidadãos cada vez mais identificados com esse espectro ideológico (Nicolau, 2020).

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, é frequentemente comparada ao sucesso de líderes autoritários e populistas em outros países, como Salvini, Orban e Trump (González; Baquero; Grohmann, 2020). Reunindo autoritários, neoliberais e monarquistas, o conservadorismo brasileiro reflete uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano (Lacerda, 2019). A bancada evangélica e a

“bancada da bala” são exemplos de forças conservadoras que, além de promoverem pautas repressivas e intolerantes, apelam também aos militares, algo sem paralelo direto na extrema-direita europeia (Lowy, 2015). Esses elementos revelam a complexidade e a heterogeneidade da extrema-direita no Brasil.

Cabe destacar que, após o regime militar (1964-1985), houve um período de silêncio da direita no espectro político, caracterizado pela chamada “direita envergonhada” (Power, 2008). No entanto, nos últimos anos, com apelos aos militares e a combinação de liberalismo econômico com conservadorismo nos costumes, a direita no Brasil voltou a se manifestar de maneira mais aberta. A ascensão de Bolsonaro está relacionada à articulação de demandas sociais conservadoras e ao uso estratégico das redes sociais para minar a confiança nas instituições políticas e fortalecer uma retórica polarizadora, que divide a sociedade em “nós” contra “eles”. Tal polarização exacerbada reflete um deslocamento dos valores democráticos e a desconfiança crescente no sistema político tradicional.

Além disso, a retórica extremista promovida pela extrema-direita bolsonarista defende a falsa ideia de que a liberdade de expressão (conceito ainda pouco referenciado pela ciência política) deve ser irrestrita, desconsiderando que tal postura permite a circulação de discursos que incitam violência, discriminação e ódio. Quando levado ao extremo, esse conceito pode ser usado como ferramenta autoritária para marginalizar e silenciar grupos vulneráveis. O argumento de que restringir a liberdade de expressão seria o primeiro passo rumo ao autoritarismo ignora o fato de que a proliferação indiscriminada de discursos de ódio também tem um efeito autoritário, uma vez que subjuga e marginaliza aqueles que são alvo dessas narrativas. Desta forma, a extrema-direita, na realidade, utiliza a bandeira da liberdade de expressão como um escudo para proteger a disseminação de suas narrativas nocivas. Ao fazer isso, essas ideias ganham terreno, principalmente entre os jovens, que se mostram mais suscetíveis à manipulação nas redes sociais e na internet.

Por fim, estudos de Norris e Inglehart (2019) sugerem que o populismo de direita radical tem o potencial de deslocar partidos moderados para posições mais extremas, utilizando temas como imigração e segurança pública. No Brasil, esse deslocamento pode ocorrer tanto no nível institucional quanto na esfera comportamental e dos valores, especialmente entre os jovens, cuja adesão a pautas radicais ainda é pouco estudada. Como argumenta Lowy (2015), a influência da extrema-direita brasileira ultrapassa o tamanho de seu eleitorado, impactando profundamente a cultura política e a formação de novos valores.

Embora com suas peculiaridades, o Brasil se encaixa em alguns desses padrões globais. A eleição de Bolsonaro em 2018 segue uma lógica semelhante à de outros líderes populistas de direita. Mas há também características únicas na extrema-direita brasileira, como sua forte ligação com a bancada neopentecostal e com setores militares. A presença dessas forças no espectro político nacional sugere uma guinada conservadora, que articula moralidade religiosa com um discurso repressivo e autoritário, gerando uma versão própria de extrema-direita que diverge de seus pares internacionais.

Essa extrema-direita brasileira, portanto, não surgiu do nada. Ela se alimentou de décadas de insatisfação com o sistema político. E após o longo período de invisibilidade, diante do desgaste das instituições e a crise de representatividade, as ideias conservadoras voltaram a ganhar espaço. Bolsonaro, com sua retórica radical, soube canalizar essa energia latente.

Portanto, a ascensão da extrema-direita no Brasil não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas sim como o resultado de processos mais amplos de crise política, econômica e cultural. A polarização exacerbada e a desconfiança nas instituições políticas demonstram como o país está enfrentando um momento de redefinição ideológica, cujo desfecho ainda está em aberto.

CONTEXTUALIZANDO A CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NO BRASIL E AS MOBILIZAÇÕES EM PORTO ALEGRE (RS)

Nos estudos sobre cultura política no Brasil, o entendimento de que a reabertura democrática ocorreu sem a construção de valores democráticos na população é consolidado (Baquero, 2011, 2013; Moisés, 2013). Constituindo uma cultura política de resignação, com cidadãos ambivalentes que concordam com a democracia como melhor forma de governo, mas que em momentos de crise econômica se justificaria um governo autoritário (Moisés, 2013), e híbrida (Baquero, 2013), em que a democracia procedimental convive com cidadãos apáticos, não participativos e sem confiança nas instituições política.

Os obstáculos para a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país são “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário” (Baquero, 2001). Nos estudos brasileiros clássicos, ao buscarem compreender a evolução do Brasil, reforçam a influência histórica, marcada pela instabilidade política e econômica, e o autoritarismo vivenciado no país como responsáveis pela falta de uma cultura política democrática (Torres, 1933; Vianna, 1952 e 1956; Amaral, 1934; Freyre, 1986; Holanda, 1969). Resumidamente, as principais características da cultura política

brasileira estão ligadas às práticas clientelistas, personalistas, patrimonialistas e corporativas (Faoro, 1975), que se mantem até hoje e são considerados estruturais na cultura brasileira (Amorim, 2006; Moisés, 1995; Baquero, 1997).

Moisés (1995, p.105) já reforçava que a cultura política brasileira se constitui em um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, “combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes “estadistas” e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado”. Segundo o autor, essas tradições da cultura política são bem conhecidas: clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e anti-institucionalismo.

Estudos mais recentes continuam apontando para a continuidade desta cultura política apática, com baixa participação e baixos níveis de confiança institucional (Baquero, 2018; Ribeiro, Borba, Casalecchi, 2018). No caso do Rio Grande do Sul, a cultura política tem as mesmas características, como apontado por Baquero e Prá (2007), que apesar de ser considerada pelos gaúchos uma sociedade politizada em relação ao resto do Brasil, os dados sugerem que persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política democrática e participativa.

Ao abordar essa temática com jovens em Porto Alegre (RS), destacam-se trabalhos como os de Baquero (1997), Schmidt (2001), Nazzari (2005), Baquero e Cunha (2010), Baquero (2021), Morais (2021), Zorzi (2021), Bernardi (2021) e González e Chiodi (2021). Esses estudos utilizam dados do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL-UFRGS), que realiza pesquisas com esse público desde a década de 1980 e possui um conjunto significativo de dados coletados por meio de surveys realizados em 2002, 2004, 2015, 2019 e 2023, na capital gaúcha.

Quanto à cultura política entre jovens estudantes de Porto Alegre (RS), os dados do NUPESAL (2002) já apontavam para um baixo nível de interesse pela política, com apenas 25% dos jovens demonstrando algum engajamento. Além disso, a maioria dos estudantes percebe um desinteresse generalizado na população, visto que 80% concordam em algum grau com a afirmação de que “os assuntos relacionados à política são muito complicados e não despertam o interesse das pessoas”. A desconfiança em relação aos políticos também é marcante: 99,5% acreditam que os políticos são corruptos e 99,8% afirmam que eles fazem promessas que não cumprem.

Tais resultados indicam a presença de uma cultura política híbrida, conforme descrito por Baquero (2008), que combina valores pró-democracia com desin-

teresse pela política e a coexistência de valores conservadores. Isso sugere que, enquanto em países desenvolvidos há uma transição de cidadãos leais para cidadãos assertivos (como apontado por Dalton e Welzel (2014) ao revisitarem o conceito de cultura política de Almond e Verba (1963)), o Brasil ainda está em um estágio inicial desse processo. A cultura política no país continua demonstrando indiferença aos valores democráticos, com as instituições falhando em promover a formação de cidadãos mais críticos.

Para analisar quais os efeitos da ascensão da extrema-direita, pós-mobilizações de 2013 no Brasil, na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS), este estudo apresenta uma contextualização das mobilizações políticas que aconteceram nos últimos anos no país e na cidade gaúcha. Começando pelo panorama econômico brasileiro dos anos 2000 que foi marcado por um crescimento impulsionado pelas políticas sociais de distribuição de renda e pela valorização das commodities no mercado internacional. No entanto, a crise financeira global de 2008 impactou o Brasil, resultando no aumento do trabalho precarizado e no endividamento dos setores populares. O cenário econômico e político brasileiro, portanto, passou a ser caracterizado pela instabilidade política. Conforme Coelho (2020), esse ambiente de insatisfação tornou-se uma “matéria-prima para a revolta” desencadeando uma série de manifestações políticas em resposta à precarização.

Impulsionados pela indignação com a aprovação do aumento da tarifa de transporte, jovens de São Paulo iniciaram, em 2013, o movimento que ficou conhecido como Jornadas de Junho. Essa onda de manifestações representou a primeira grande resposta da população aos descasos do governo. Além de reivindicar melhorias, os manifestantes expressavam sua crescente desconfiança nas instituições, principalmente após as denúncias de corrupção. Porto Alegre, no entanto, foi a primeira capital a manifestar, em abril, o descontentamento com o reajuste da passagem de ônibus. Segundo Morais, Franza, Ferreira (2017), o Bloco de Luta pelo Transporte Público foi responsável por organizar, dia 1 de abril, uma manifestação que exigia a redução da tarifa. Essa mobilização reuniu cerca de cinco mil pessoas, configurando-se como o maior ato registrado na capital até aquele momento.

Mesmo após o cancelamento do aumento da tarifa em São Paulo, as manifestações persistiram, embora adotando novas formas de protesto, por vezes mais intensas, e com reivindicações diferentes, exigindo melhorias em áreas como educação, saúde e segurança. Esses movimentos serviram de incentivo para outros grandes protestos em 2014, que revelavam o crescente descontentamento, especialmente em relação ao governo de Dilma Rousseff, além de expressarem

oposição à realização da Copa do Mundo no Brasil. A insatisfação com a corrupção também foi uma pauta levantada em diversas manifestações.

Desse ambiente de insatisfação, portanto, surgiu o avanço de pautas políticas conservadoras. Nesse cenário, o avanço do projeto da “Escola sem Partido” serviu como estímulo para o início do movimento que reuniu estudantes de mais de 150 escolas do Rio Grande do Sul, inspirados nas ocupações de estudantes secundaristas de São Paulo em 2015. Conforme Coelho (2020), recém-formados, muitos jovens deixavam as universidades endividados e enfrentavam um mercado de trabalho precário, sem grandes perspectivas profissionais. Assim, a continuidade do sucateamento e da precarização do ensino público, intensificada após o golpe de 2016, constituiu uma das principais motivações para as ocupações das escolas.

Após diversas passeatas e protestos, conforme expressado por uma das estudantes, o “sentimento de urgência” entre os jovens os levou a adotar medidas “mais radicais” de luta. As ocupações de 2016, portanto, foram um ato de resistência que mobilizou estudantes de mais de 150 escolas gaúchas. As reivindicações denunciavam o sucateamento do ensino público e a precarização das escolas estaduais, cujas estruturas físicas demandavam reformas e careciam materiais básicos para o funcionamento adequado. Além disso, os jovens se opunham à agenda neoliberal e conservadora do estado, combatendo o avanço do projeto “Escola Sem Partido” e de outros projetos políticos que, para eles, representavam uma ameaça à educação pública (Coelho, 2020). Em outubro de 2016, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aderiram ao movimento, ocupando sedes da universidade. Esse grupo manifestava-se contra a reforma do Ensino Médio, a Proposta de Emenda à Constituição de número 241 – que estabeleceria um teto para os gastos públicos – e o projeto “Escola Sem Partido”.

Desde 2013, o Brasil enfrenta uma fase de instabilidade e descontentamento, conforme afirma Morais, Franza, Ferreira (2017). As manifestações continuam a refletir o contexto político do Brasil. As várias mobilizações ocorridas em 2018 foram promovidas por diferentes grupos, tanto em apoio a figuras políticas e pautas específicas quanto em oposição a candidatos e políticas públicas. Assim como em outras grandes cidades, a capital gaúcha foi palco de manifestações em apoio ao então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contra sua prisão. Porto Alegre se destacou nos movimentos em setembro de 2018, conhecidos como “#EleNão”, como uma das capitais onde ocorreram as maiores manifestações. Esses atos reuniram diversos grupos em uma manifestação pacífica, expressando oposição à candidatura de Jair Bolsonaro e enfatizando a importância de um Brasil mais inclusivo e democrático. Além disso, estudantes de escolas públicas de Porto Alegre realizaram

uma caminhada na região central da cidade, protestando contra o atraso salarial dos professores e reivindicando educação de qualidade e direito ao passe livre no transporte público. Em contrapartida, manifestações “Pró-Bolsonaro” reuniram, em carretas e atos públicos, eleitores conservadores, de direita e simpatizantes de Bolsonaro. Em Porto Alegre, os apoiadores do candidato se concentraram na Avenida Goethe, junto ao Parque Moinhos de Vento, onde defenderam discursos anticorrupção, valores conservadores e a segurança pública.

O ano de 2020 também foi marcado por manifestações, mesmo em meio à pandemia global do coronavírus. Em setembro daquele ano, estudantes da UFRGS levantaram cartazes protestando contra a decisão de Jair Bolsonaro de nomear Carlos Bulhões para o cargo de reitor da universidade. O ato, organizado pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) e por servidores da instituição, manifestava-se contra a decisão do ex-presidente, que ignorou a votação interna, quebrando a tradição de respeitar a vontade da comunidade universitária.

CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS DE PORTO ALEGRE E OS EFEITOS DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA PÓS-MOBILIZAÇÕES DE 2013

Com base no debate apresentado, observa-se que a cultura política no Brasil, incluindo a dos jovens, é caracterizada pela apatia, com baixos níveis de participação e confiança nas instituições. Considerando a ascensão da extrema-direita no país após as mobilizações de 2013, parte-se da hipótese de que há uma continuidade dessa cultura política, resultando em uma redução ainda maior do interesse, da confiança institucional e da participação política. Para testar essa hipótese, o estudo inicia com uma análise longitudinal de dados referentes ao período entre 2015 e 2019, envolvendo jovens de Porto Alegre (RS). Em um segundo momento, serão realizados cruzamentos entre o posicionamento ideológico, definido como variável independente, e variáveis de cultura política, tratadas como variáveis dependentes.

Tabela 1. Interesse por política (%)

	2015	2019	2023
Muito	23	21	20
Pouco	59	57	56
Nenhum interesse	18	22	23

Fonte: Nupésal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 1 permite a análise comparativa do interesse por política entre os jovens nos anos de 2015, 2019 e 2023. Observa-se um leve declínio no percentual

de jovens que demonstram “muito” interesse por política, passando de 23% em 2015 para 21% em 2019 e atingindo 20% em 2023. Da mesma forma, o grupo que apresenta “pouco” interesse também registrou uma redução, variando de 59% em 2015 para 56% em 2023. Por outro lado, o percentual de jovens que declararam “nenhum interesse” por política apresentou um leve crescimento, subindo de 18% em 2015 para 22% em 2019 e alcançando 23% em 2023. De modo geral, esses dados indicam uma discreta, mas persistente, diminuição do interesse pela política ao longo dos anos analisados, acompanhada por um aumento proporcional no número daqueles que expressam completo desinteresse por assuntos políticos. O contexto político e os discursos predominantes exercem forte influência na maneira como os jovens enxergam e se manifestam sobre os assuntos políticos. O avanço da direita radical e as crises de confiança nas instituições políticas têm um papel central no interesse dos jovens em participar da política.

Tabela 2. Solução para resolver os problemas do país (%)

	2015	2019	2023
Um líder que coloque as coisas no lugar	39	31	38
A participação da população nas decisões do governo	61	69	62

Fonte: Nuposal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 2 apresenta as soluções indicadas pelos jovens para os problemas do país. Em 2015, 39% dos jovens acreditavam que a solução estaria em um “líder que colocasse as coisas no lugar”, enquanto a maioria, representando 61%, optava pela “participação da população nas decisões do governo”. Em 2019, verificou-se uma redução no apoio à primeira opção, que caiu para 31%, enquanto a segunda alternativa viu um aumento significativo, alcançando 69%. No entanto, em 2023, ocorreu uma retomada do apoio à ideia de um líder forte, que subiu para 38%, ao passo que a defesa da participação popular diminuiu ligeiramente para 62%. Esses resultados destoam, de certa forma, de estudos anteriores que apontam tendências autoritárias entre a juventude brasileira. Baquero (2018) destaca que muitos jovens têm a percepção de que o governo falha em suprir as necessidades sociais mais urgentes, não descartando totalmente o apoio a líderes com perfil de “salvadores da pátria”. Além disso, ainda é possível identificar, em algumas situações, a crença de que governos militares seriam mais eficientes na resolução das questões políticas.

Tabela 3. Todos os políticos são corruptos (%)

	2015	2019	2023
Concordo	77	80	83
Discordo	23	20	17

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 3 destaca que, em 2015, 77% dos jovens concordavam com a afirmação de que “todos os políticos são corruptos”. Esse percentual aumentou para 80% em 2019 e atingiu 83% em 2023. Por outro lado, o número de jovens que discordam dessa visão diminuiu, passando de 23% em 2015 para 17% em 2023. Esse aumento na percepção negativa sobre os políticos demonstra claramente a crise de confiança nas instituições políticas e uma visão cada vez mais cética da juventude em relação à classe dirigente. Essa percepção parece estar associada à retórica anticorrupção amplamente disseminada nos discursos da extrema-direita, que ganharam destaque no período analisado.

Tabela 4. Democracia x governo autoritário (%)

Democracia é melhor do que qualquer forma de governo		
	2019	2023
Concordo	47	53
Concordo em parte	42	38
Discordo	11	9
Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático.		
Concordo	8	8
Concordo em parte	37	34
Discordo	55	58

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 4 traz dados sobre a percepção dos jovens em relação à democracia e ao autoritarismo nos anos de 2019 e 2023. Verifica-se um aumento na concordância plena com a afirmação de que a democracia é superior a qualquer outra forma de governo, passando de 47% em 2019 para 53% em 2023. Simultaneamente, a discordância em relação a essa afirmação diminuiu de 11% para 9%. Ao mesmo tempo, a visão de que, em certas circunstâncias, um governo autoritário seria preferível a um governo democrático manteve-se estável, registrando 8% em ambos os anos. No entanto, houve uma leve redução na concordância parcial com essa perspectiva, que passou de 37% para 34%, acompanhada por um aumento na discordância, que subiu de 55% para 58%. Esses dados confirmam um fortalecimento do apoio à democracia e uma rejeição crescente ao autoritarismo durante o período analisado.

Tabela 5. Níveis de não participação política (%)

	2015	2019	2023
Partidos políticos	96	96	96
Associações comunitárias	79	73	75
ONGs	83	80	80
Abaixo assinados	54	44	49
Manifestações, protestos, passeatas	56	62	62
Movimentos sociais	67	64	64
Atividades no bairro	70	59	64

Fonte: Nuposal, 2015, 2019 e 2023.

A análise dos níveis de não participação política de jovens em Porto Alegre (RS), conforme apresentado na tabela 5, revela uma tendência de desengajamento em diversas formas de participação ao longo dos anos. A ausência de engajamento em partidos políticos permaneceu alta e estável, com 96% em todos os anos analisados, indicando uma rejeição generalizada à política partidária formal. No caso de associações comunitárias e ONGs, verificou-se uma leve variação negativa na participação entre 2015 e 2019, seguida por uma estabilização ou pequeno aumento até 2023. A participação em abaixo-assinados apresentou uma diminuição significativa na não participação entre 2015 e 2019, mas uma leve recuperação dessa tendência de desengajamento foi observada em 2023. De modo similar, em relação às manifestações, protestos e passeatas, os níveis de não participação permaneceram elevados, estabilizando-se em 62% nos dois últimos períodos analisados. Movimentos sociais e atividades no bairro também apresentaram padrões de alta não participação, com pequenas oscilações ao longo dos anos, refletindo uma tendência de baixo engajamento comunitário. De maneira geral, os dados indicam um padrão de desengajamento persistente por parte dos jovens em relação a atividades políticas e comunitárias.

Tabela 6. Níveis de desconfiança institucional (%)

	2015	2019	2023
Igrejas	48	48	49
Partidos políticos	69	71	62
Judiciário	33	37	34
Presidente	62	66	54
Governo federal	60	65	55
Polícia	33	29	31
Forças armadas	28	26	31
Escola	10	13	19
Movimentos estudantis	19	26	24

Fonte: Nuposal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 6 aborda os níveis de desconfiança institucional entre os jovens. A desconfiança nas igrejas manteve-se relativamente estável, variando de 48% para 49%. Já em relação aos partidos políticos, o índice de desconfiança foi consistentemente elevado, mas apresentou uma leve queda de 71% em 2019 para 62% em 2023. O judiciário, por sua vez, apresentou uma leve variação, com um aumento de desconfiança de 33% para 37% entre 2015 e 2019, seguido por uma queda para 34% em 2023. Em relação ao presidente e ao governo federal, houve uma redução da desconfiança entre 2019 e 2023, passando de 66% para 54% e de 65% para 55%, respectivamente. A desconfiança na polícia também seguiu um padrão oscilante, com uma queda em 2019 e um leve aumento em 2023, chegando a 31%. Em relação às forças armadas, há uma diminuição até 2019, seguida por um aumento em 2023. Por fim, as escolas apresentaram um crescimento na desconfiança, de 10% em 2015 para 19% em 2023, e os movimentos estudantis, apesar de um aumento significativo em 2019, mantiveram-se relativamente estáveis em torno de 24% em 2023.

Tabela 7. Assuntos políticos em sala de aula (%)

	2015	2019	2023
Concordo: a política faz parte da formação do estudante	86,7	78,7	71,1
Não concordo: lugar de política não é na aula	13,3	21,2	28,9

Fonte: Nupesal, 2015, 2019 e 2023.

A Tabela 7 revela uma tendência preocupante de queda na percepção positiva dos jovens em relação à presença de assuntos políticos na educação formal ao longo dos anos. Em 2015, 86,7% dos jovens concordavam que a política faz parte da formação do estudante. Esse percentual caiu para 78,7% em 2019 e para 71,1% em 2023. Essa redução ao longo dos anos indica uma crescente alienação ou desconforto com a presença de temas políticos no ambiente escolar, o que pode estar relacionado à polarização política ou insatisfação com as instituições. Paralelamente, verificou-se um aumento no percentual daqueles que discordam dessa abordagem, passando de 13,3% em 2015 para 21,2% em 2019 e chegando a 28,9% em 2023. O aumento constante demonstra uma mudança significativa na percepção dos jovens sobre o papel da escola e reflete tanto um distanciamento crítico em relação à política quanto uma crescente valorização de uma educação técnica e despolitizada. Essa tendência pode ser associada à polarização política e à influência de iniciativas como o movimento “Escola Sem Partido”, que promovem a despolitização do ambiente educacional. Tal resultado aponta para a necessidade

de uma reflexão mais aprofundada sobre o papel da política na educação e os impactos desse afastamento na formação cidadã dos jovens.

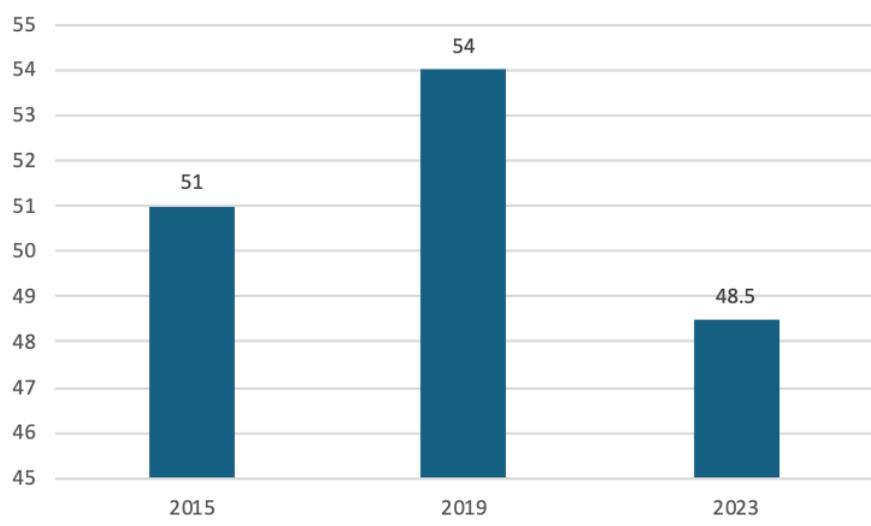


Gráfico 1. Não adianta participar da política, pois nunca muda nada (% dos que concordam). Fonte: Nuposal, 2015, 2019 e 2023.

O gráfico 1 apresenta a concordância com a afirmação “Não adianta participar da política, pois nunca muda nada”. Em 2015, 51% dos respondentes concordavam com essa visão cética sobre a participação política. Esse sentimento de desilusão aumentou em 2019, alcançando 54%, o que sugere um aumento da desconfiança no sistema político durante esse período. No entanto, em 2023, houve uma queda nesse percentual para 48,5%, indicando uma leve recuperação no otimismo em relação à política ou, pelo menos, uma diminuição no ceticismo sobre a eficácia da participação.

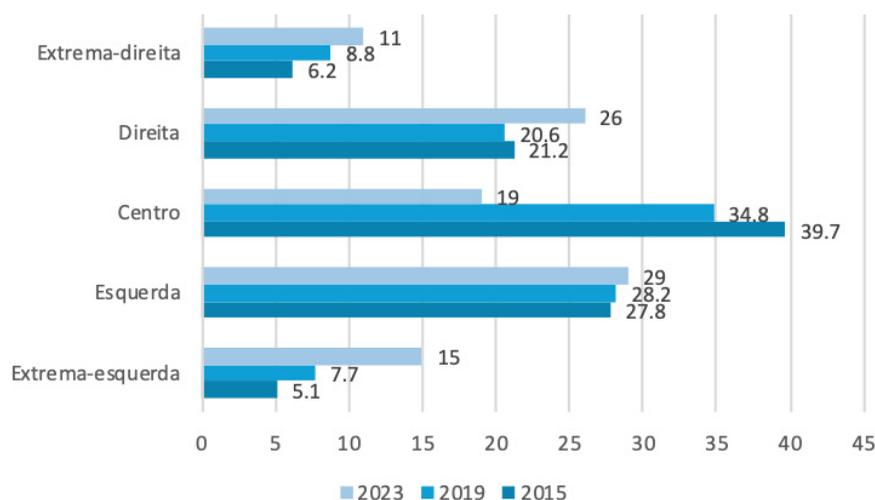


Gráfico 2. Posicionamento ideológico (%). Fonte: Nuposal, 2015, 2019 e 2023.

Sobre o posicionamento ideológico dos jovens, conforme o gráfico 2, a extrema-direita, que em 2019 havia experimentado um crescimento, passando de 8,8%, voltou a cair para 6,2% em 2023, indicando uma diminuição do apoio a posturas políticas mais radicais nesse período. A direita moderada também apresentou uma tendência de queda, passando de 26% em 2015 para 20,6% em 2023.

Por outro lado, observa-se um crescimento do centro político, subindo de 19% em 2019 para 34,8% em 2023, embora ainda abaixo dos 39,7% em 2015. A esquerda, por sua vez, manteve-se relativamente estável, passando de 28,2% em 2019 para 29% em 2023, com um leve crescimento em relação a 2015. A extrema-esquerda, após um aumento para 7,7% em 2019, caiu para 5,1% em 2023, mostrando um leve declínio em seu apoio. Esses dados indicam uma reconfiguração das posições ideológicas, com uma retomada do centro e uma leve retração nas extremidades do espectro político, refletindo assim, uma busca por moderação em meio à polarização política.

Os dados longitudinais corroboram a hipótese deste estudo de que persiste uma cultura política apática, especialmente em relação aos baixos níveis de participação política e altos índices de desconfiança institucional, os quais podem estar associados à percepção de aumento da corrupção. Uma das bandeiras levantadas pela extrema-direita é a alegação de que houve um aumento da corrupção no país, utilizada para justificar o afastamento da política tradicional. Esse cenário, que sucede as mobilizações de 2013, quando a alta adesão às manifestações de rua gerou a expectativa de mudança na cultura política, particularmente em relação ao engajamento político e à adesão a valores democráticos, não trouxe as transformações esperadas. Com a ascensão da extrema-direita, que viu nas manifestações uma oportunidade para uma reorganização do poder político com apoio popular, não se observam mudanças significativas nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens.

Como não é possível estabelecer uma relação direta entre a ascensão da extrema-direita e a cultura política, utilizou-se o posicionamento ideológico como proxy. Especialmente após se identificar, no gráfico 2, um aumento da polarização em direção aos extremos.

Tabela 8. Ideologia x desconfiança institucional (%)

	Extrema-esquerda	Esquerda	Centro	Direita	Extrema-direita
Partidos políticos*	36,2	43,8	71	64,3	45,7
Judiciário**	27,7	25	37,1	29,8	42,9
Presidente*	31,3	29,2	62,9	67,5	62,9
Governo federal*	52,1	40	61,3	54,8	61,8
Polícia*	50	42,7	24,2	7,1	23,5
Forças armadas*	56,3	46,9	21	8,3	20
Escola**	14,6	12,5	19,7	13,1	17,1
Movimentos estudantil*	12,5	10,4	19,4	23,8	37,1
Associações comunitárias*	16,7	13,8	21	26,5	34,3

*qui-quadrado <0,05, **qui-quadrado > 0,05. Fonte: Nuposal, 2023.

A tabela 8 aponta para uma relação significativa entre posicionamento ideológico e desconfiança institucional nos partidos políticos, no presidente, no governo federal, na política, nas forças armadas, no movimento estudantil e nas associações comunitárias. Os altos níveis de desconfiança institucional prevalecem entre os jovens de centro, direita e extrema-direita, especialmente em relação aos partidos políticos, ao presidente e ao governo federal. Esses valores condizem com o discurso antissistema da extrema-direita, que sugere que as instituições não funcionam e que a política tradicional é incapaz de resolver os problemas do país. Ao mesmo tempo em que veneram o regime autoritário que o país enfrentou, buscando sempre o apoio da polícia e das forças armadas para fortalecer seus discursos. Por outro lado, os jovens de esquerda e extrema-esquerda apresentam níveis mais baixos de desconfiança institucional, embora demonstrem maior desconfiança em relação à polícia e às forças armadas.

Tabela 9. Ideologia x democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo (%)

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
Extrema-esquerda	56,5	41,3	2,2
Esquerda	62,5	33,3	4,2
Centro	55,7	37,7	6,6
Direita	66,7	26,2	7,1
Extrema-direita	41,2	44,1	14,7

qui-quadrado = 0,1, n= 322. Fonte: Nuposal, 2023.

Apesar da maioria dos jovens concordarem que a democracia é a melhor forma de governo, como visto na tabela 4, os dados da tabela 9 indicam que os jovens que se identificam como de extrema-direita discordam mais desta afirmação. O

que chama a atenção nesta tabela é que os jovens de direita (66,7%) e de esquerda (62,5%) apresentam os maiores níveis de concordância com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, demonstrando que a polarização não é um risco para a democracia, mas sim o radicalismo da direita que ataca constantemente as instituições políticas.

Tabela 10. Ideologia x em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático (%)

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
Extrema-esquerda	6,3	22,9	70,8
Esquerda	1	16,7	82,3
Centro	5,0	33,3	61,7
Direita	11,1	24,7	64,2
Extrema-direita	20	48,6	31,4

qui-quadrado = 0,01, n= 322. Fonte: Nuposal, 2023.

Em vários momentos do governo de Jair Bolsonaro, o ex-presidente atacou a democracia e elogiou o regime autoritário iniciado em 1964 no Brasil, sempre se apoiando nas forças armadas para atacar a eficiência das instituições políticas, inclusive das eleições. O que gerou mobilizações nas ruas de apoiadores pedindo o retorno dos militares, inclusive fazendo acampamentos em frente aos quartéis militares após os resultados das eleições presidenciais de 2022. Diante desse cenário, os dados da tabela 10, que complementando a análise anterior, não surpreendem ao demonstrarem que os jovens de extrema-direita tendem a concordar (68,6% somando concordo e concordo em parte) com um governo autoritário em algumas circunstâncias. Mesmo não sendo uma surpresa, nota-se os riscos desta ambivalência para o próprio futuro da democracia e da consolidação das instituições democráticas, que de tempos em tempos são questionadas e acabam enfraquecendo.

Tabela 11. Ideologia X resolver os problemas do país (%)

	Um líder que coloque as coisas no lugar	A participação nas decisões do governo
Extrema-esquerda	18,8	81,3
Esquerda	26	74
Centro	40,3	59,7
Direita	59	41
Extrema-direita	62,9	37,1

qui-quadrado = 0,01, n= 322. Fonte: Nuposal, 2023.

O líder autoritário é sempre apresentado pela extrema-direita como uma saída para resolver os problemas do país. Conforme a tabela 11, esse discurso foi

absorvido pelos jovens de direita (59%) e extrema-direita (62,9%) que vislumbram como melhor opção, quando comparada à participação popular nas decisões do governo, que tem mais adesão entre os jovens de extrema-esquerda (81,3%), esquerda (74%) e centro (59,7%).

Tabela 12. Ideologia x todos os políticos são corruptos (%)

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
Extrema-esquerda	18,8%	56,3%	25,0%
Esquerda	8,3%	65,6%	26,0%
Centro	24,2%	61,3%	14,5%
Direita	10,8%	69,9%	19,3%
Extrema-direita	25,7%	60,0%	14,3%

qui-quadrado = 0,05, n= 322. Fonte: Nuposal, 2023.

Relacionar a política à corrupção ou a sujeira é típico do discurso da extrema-direita como forma de se desvincular da política tradicional, ao mesmo tempo que está extremamente vinculado às velhas práticas da política tradicional de uso do poder público em benefício próprio, por exemplo. Como visto na tabela 3, a percepção de que todos os políticos são corruptos aumentou entre os jovens neste período pós-mobilizações 2013. No entanto, pelos dados da tabela 12, esta percepção está mais presente entre os jovens de centro (85,5%, soma entre concordo e concordo em parte), direita (80,7%) e extrema-direita (85,7%), do que nos de extrema-esquerda (75,1%) e (73,9%). Esta é uma das questões chaves para entender o distanciamento dos jovens em relação à política, pois ninguém quer estar associado com algo que é corrupto, sujo e não resolve os problemas.

Tabela 13. Ideologia x as pessoas devem ter o direito de dizer o que pensam independentemente de qualquer limite (%)

	Sim	Depende	Não
Extrema-esquerda	18,8%	52,1%	29,2%
Esquerda	8,4%	65,3%	26,3%
Centro	17,7%	61,3%	21,0%
Direita	24,1%	60,2%	15,7%
Extrema-direita	40,0%	54,3%	5,7%

qui-quadrado = 0,002, n= 322. Fonte: Nuposal, 2023.

A liberdade de expressão é um dos valores mais defendidos pelos políticos de extrema-direita, incluindo Jair Bolsonaro. Atacar os diferentes, incitar a violência e propagar discursos de ódio e fake news são frequentemente justificados pelo direito à liberdade de expressão. Ou seja, sem entender os limites da convivência em uma sociedade democrática, jovens de extrema-direita (40%), conforme os

dados da tabela 13, também acreditam que as pessoas devem ter o direito de dizer o que pensam, independentemente de qualquer limite. Embora seja um direito fundamental na democracia, é importante reconhecer os limites necessários, pois sua extrapolação pode gerar intolerância política e, até mesmo, atos violentos.

Tabela 14. Ideologia x a liberdade de expressão deve ter limite (%)

	Que a lei impõe	De não agredir outra pessoa	Não deve ter limite
Extrema-esquerda	29,8%	63,8%	6,4%
Esquerda	23,2%	74,7%	2,1%
Centro	30,0%	66,7%	3,3%
Direita	38,3%	56,8%	4,9%
Extrema-direita	31,4%	48,6%	20,0%

qui-quadrado = 0,004, n= 322. Fonte: Nuposal, 2023.

De forma complementar, a tabela 14 revela que 20% dos jovens de extrema-direita acreditam que a liberdade de expressão não deve ter limite. Mesmo sendo a porcentagem mais alta nesta variável, de forma geral os jovens tendem a achar que existe um limite, seja os impostos pela lei ou os relacionados ao respeito ao próximo.

Os dados analisados demonstram que a preferência dos jovens de extrema-direita por líderes autoritários, em detrimento da participação popular, revela uma desilusão profunda com o modelo democrático tradicional e suas instituições. Esse fenômeno pode ser entendido como uma resposta à percepção de ineficácia política e ao aumento da desconfiança institucional, que afeta amplamente as gerações mais jovens. No caso dos jovens de extrema-direita, essa desconfiança é exacerbada, exceto em relação à polícia e às forças armadas, instituições vistas como símbolos de ordem, segurança e controle, especialmente em discursos autoritários.

Esses dados também confirmam a hipótese de que de que a cultura política tem se mantido apática, com baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança institucional, especialmente entre os jovens que se autoposicionam como de extrema-direita. Esse grupo tende a preferir governos autoritários por acreditarem que regimes centralizados e fortes podem trazer soluções rápidas e eficazes para os problemas como corrupção, criminalidade e caos político. A crença de que “todos os políticos são corruptos” alimenta essa visão, criando uma dicotomia em que a política tradicional é vista como intrinsecamente falha, enquanto líderes autoritários surgem como figuras “salvadoras”, supostamente acima das regras e da corrupção. Essa percepção está fortemente vinculada a uma visão de

mundo maniqueísta, na qual há uma necessidade de “limpeza” do sistema político, o que justifica a busca por soluções radicais.

A defesa incondicional da liberdade de expressão, mesmo que contrarie a lei ou leve à violência, reflete uma compreensão distorcida do conceito. Para muitos jovens de extrema-direita, a liberdade de expressão é tratada como um direito absoluto, sem consideração pelos limites que uma sociedade democrática impõe para proteger o bem-estar coletivo e a segurança pública. Esse argumento é frequentemente usado para justificar discursos de ódio, desinformação e posições extremas, ignorando os impactos sociais e legais que podem resultar dessas falas. A ideia de que a liberdade de expressão deve ser defendida “a todo custo” indica uma concepção libertária radical, que coloca a liberdade individual acima de qualquer outro valor, inclusive a coesão social e a segurança.

Essa visão também pode estar ligada a uma reação às restrições percebidas em espaços democráticos, como a crítica à “correção política” ou às leis que limitam discursos que incitem ódio e violência. Para esses jovens, essas restrições são vistas como formas de censura, enquanto o autoritarismo é visto como uma defesa contra o que percebem como a “tirania” de regras que reprimem sua voz ou opinião.

A confiança seletiva nas forças de segurança, como a polícia e as forças armadas, está alinhada com uma visão conservadora de ordem e autoridade. Em contextos de crescente polarização, esses jovens podem ver essas instituições como os últimos bastiões de uma “moralidade” ou “patriotismo” que acreditam estar em declínio. Para eles, a confiança nessas instituições é uma forma de garantir a manutenção de uma ordem que se contrapõe ao que veem como a desordem causada pela democracia liberal e pela participação popular, que associam à ineficiência e à corrupção.

Essa combinação de desconfiança nas instituições democráticas, preferência por governos autoritários e defesa irrestrita da liberdade de expressão sugere uma crise mais ampla no entendimento e valorização dos princípios democráticos. A aversão à política tradicional e o apego a soluções autoritárias indicam uma rejeição da complexidade inerente à democracia, que exige negociação, pluralidade e o respeito às regras do jogo político. Em vez disso, esses jovens preferem uma solução simplista, baseada na autoridade de um líder forte, que personifica a “ordem” e que não hesita em usar o poder para alcançar objetivos, muitas vezes à custa das liberdades e direitos coletivos.

Esse cenário aponta para um desafio significativo: como reengajar esses jovens no processo democrático, oferecendo alternativas que combatam a corrupção e os problemas sociais dentro dos limites da democracia e da participação popular? Criar um ambiente educacional e social que promova a compreensão crítica dos

valores democráticos, a importância das instituições e a responsabilidade que acompanha a liberdade de expressão é crucial para contrapor essa tendência ao autoritarismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre os efeitos da ascensão da extrema-direita pós-mobilizações de 2013 na constituição da cultura política dos jovens de Porto Alegre (RS) revela um cenário de apatia e desconfiança em relação à política e às instituições democráticas. Os principais achados mostram a persistência de uma cultura política de resignação e híbrida, aos moldes do que Baquero (2013) e Moisés (2013) já tinham apresentado sobre o Brasil, caracterizada por baixos níveis de participação e altos índices de desconfiança nas instituições, além de uma percepção crescente da corrupção no país.

Os dados apresentados indicam que os jovens de extrema-direita estão fortemente alinhados com discursos antissistema e antipolítica, promovidos pelos líderes desse espectro ideológico. Esses discursos contribuem para minar o engajamento político e corroer a confiança na democracia e em suas instituições. A adesão a essas ideias pode ter efeitos nocivos a longo prazo, ao consolidar uma visão negativa sobre a política, dificultando a formação de uma cultura política mais participativa e comprometida com os valores democráticos. Em suma, a ascensão da extrema-direita no Brasil pós-2013 reforça uma cultura política entre os jovens marcada pela desilusão, desconfiança e uma frágil conexão com a democracia.

Os desafios da análise proposta residem na tentativa de estabelecer uma relação direta entre a ascensão da extrema-direita, no período pós-mobilizações de 2013, e a manutenção da cultura política juvenil. Isso se deve ao fato de que a apatia e a desconfiança institucional observadas entre os jovens podem ser influenciadas por diversos fatores, como a crise econômica, a disseminação de discursos polarizadores nas mídias sociais e a própria dinâmica das mobilizações sociais, que nem sempre resultam em maior engajamento democrático.

Mesmo com limitações, estudos que analisem as atitudes e os valores dos jovens continuam sendo extremamente relevantes, dado que esse processo é dinâmico devido à socialização política. Sendo assim, o debate não se encerra aqui, pois futuros estudos devem explorar novos caminhos de investigação, especialmente considerando os efeitos das redes sociais, que a extrema-direita soube utilizar de forma mais eficaz na conquista de apoiadores, além da importância de uma educação política nas escolas como ferramenta para proteger contra o avanço de ideologias antidemocráticas e o desinteresse político.

Em síntese, a análise dos efeitos da ascensão da extrema-direita na cultura política dos jovens de Porto Alegre apresenta um retrato preocupante de desconfiança e desengajamento. É fundamental dar continuidade a esses estudos, a fim de identificar caminhos que estimulem o interesse pela política, fortaleçam a confiança nas instituições democráticas e promovam o apoio à democracia por meio da participação política.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1963). *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications.
- AMARAL, Azevedo (1934). *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Nacional.
- AMORIM, Maria Salete Souza de (2006). *Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná*. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.
- ANDERSON, Perry (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23.
- BAQUERO, Marcello (1997). O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34.
- BAQUERO, Marcello (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- BAQUERO, Marcello (2011). Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 25-51.
- BAQUERO, Marcello (2013). *Qual democracia para a América Latina?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia (2010). “A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas.” In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. K. (orgs.). *Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, p. 55-78.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis (2007). *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BELL, Daniel (1980). *O fim da ideologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini (2023). “Educação crítica midiática: Avaliando escolas de Ensino Médio de Porto Alegre.” In: BAQUERO, Marcello (org.). *Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política*. Porto Alegre: Evangraf, cap. 2, p. 81-116.

- BOBBIO, Norberto (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp.
- CASTRO, Henrique C. O. (1996). *A democracia em cheque: um estudo de cultura política entre Porto-alegrenses*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CESARINO, L. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557. <https://doi.org/10.11606/issn.1678-9857.ra.2019.16277>
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian (2014). "Political Culture and Value Change." In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (orgs.). *The civic culture transformed*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EAGLETON, Terry (1997). *Ideologia: uma introdução*. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.
- FAORO, Raymundo (1975). *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo.
- FARIAS, Gustavo Coelho. A Primavera dos Estudantes : ocupação de escolas e processos de formação política. 207 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- FREYRE, Gilberto (1986). *Casa-grande & senzala*. 25ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique (2020). Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 401-430. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263705>
- GIRALDES, M. (2024). A culpa é de junho de 2013? Os caminhos da alienação política e a ascensão da extrema direita no Brasil. *Psicologia USP*, v. 35, e230122. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e230122>
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello (2021). Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 9-44. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.116870>
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexsander Dugno (2023). "Juventude e crispação: os efeitos da polarização política na socialização política dos jovens brasileiros." In: BAQUERO, Marcello (org.). *Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política*. Porto Alegre: Evangraf, cap. 3, p. 119-154.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- KONDER, Leandro (2002). *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LACERDA, Marina Basso (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.

- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOWY, Michael (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.027>
- MOISÉS, José Álvaro (1995). *Os brasileiros e a democracia: bases socio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de; FRANZA, Victória Cristina; FERREIRA, Camila Manique (2018). “Socialização política e Manifestações de Junho de 2013: a cultura política dos jovens do Sul do Brasil”. In: VEIGA, Luciana Fernandes; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; GIMENES, Éder Rodrigo (orgs.). *Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina*. Curitiba: CPOP, p. 33-60.
- MUDDE, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 404 p.
- NAZZARI, Rosana Kátia (2005). Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, v. 9, p. 145-154.
- NICOLAU, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald (2019). *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- POWER, T. (2008). “Centering democracy? Ideological cleavages and convergence in the Brazilian political class”. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. (orgs.). *Democratic Brazil revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; CASALECCHI, Gabriel Ávila (2018). “A ‘Constituição Cidadã’ e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática?” In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (orgs.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: Editora UFPR, v. 1, p. 7-46.
- SCHMIDT, João Pedro (2001). *Juventude e Política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- SINGER, André (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- SINGER, André (2021). A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, p. 705-729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- TORRES, Alberto (1933). *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira (1952). *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

VIANNA, Francisco José de Oliveira (1956). *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

ZORZI, Felipe Bortoncello (2023). “Alienação na socialização política: Como as instituições escolares reproduzem a desigualdade de poder no Brasil.” In: BAQUERO, Marcello (org.). *Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política*. Porto Alegre: Evangraf, cap. 1, p. 37-78.